

DOI: <http://dx.doi.org/10.22483/2177-5796.2025v30id294570>

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CENSO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR 2023

Precarization of teaching work in higher education: an approach based on the 2023 Higher Education Census

Precarización del trabajo docente en la educación superior: un enfoque a partir del Censo de Educación Superior 2023

Marlon Sandro Lesnieski¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0783-1021>

E-mail: marlon.lesnieski@prof.sc.senac.br

Marcio Giusti Trevisol²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6127-1750>

E-mail: márcio.trevisol@unoesc.edu.br

Natália Pozzebon Oleinick³

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8533-7857>

E-mail: nataliaoleinick@gmail.com

Resumo: O artigo trata sobre trabalho docente na educação superior com enfoque na sua precarização. O problema investigativo emerge da seguinte pergunta: em que medida os dados do Censo da Educação Superior 2023 apontam elementos que evidenciam a precarização do trabalho docente? O objetivo é analisar a precarização do trabalho docente a partir dos dados apresentados no Censo de Educação Superior 2023. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica, de objetivo exploratório e com coleta de dados documental. As conclusões apontam que a educação superior, ao adotar práticas de gestão típicas do neoliberalismo, tem ampliado a precarização do trabalho docente por meio do aumento de estudantes por professor, flexibilização dos contratos de trabalho, expansão do modelo de ensino a distância e plataformização do setor, sendo esse fenômeno mais perceptível nas instituições de educação superior privadas.

Palavras-chave: educação superior; precarização do trabalho docente; censo da educação superior.

¹ Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial. Joaçaba, SC, Brasil.

² Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Joaçaba, SC, Brasil.

³ Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc). Joaçaba, SC, Brasil

Abstract: The article addresses teaching work in higher education, focusing on its precarization. The research problem arises from the following question: to what extent do the data from the 2023 Higher Education Census indicate elements that demonstrate the precarization of teaching work? The objective is to analyze the precarization of teaching work based on the data presented in the 2023 Higher Education Census. This is a qualitative, bibliographic research with an exploratory objective and documentary data collection. The conclusions indicate that higher education, by adopting management practices typical of neoliberalism, has intensified the precarization of teaching work through an increase in the number of students per teacher, flexibilization of employment contracts, expansion of the distance learning model, and platformization of the sector. This phenomenon is more evident in private higher education institutions.

Keywords: higher education; precarization of teaching work; higher education census.

Resumen: El artículo aborda el trabajo docente en la educación superior, enfocándose en su precarización. El problema de investigación surge de la siguiente pregunta: ¿en qué medida los datos del Censo de Educación Superior 2023 evidencian elementos que demuestran la precarización del trabajo docente? El objetivo es analizar la precarización del trabajo docente a partir de los datos presentados en el Censo de Educación Superior 2023. Se trata de una investigación cualitativa, bibliográfica, con un objetivo exploratorio y recolección de datos documentales. Las conclusiones indican que la educación superior, al adoptar prácticas de gestión típicas del neoliberalismo, ha aumentado la precarización del trabajo docente mediante un mayor número de estudiantes por profesor, la flexibilización de los contratos laborales, la expansión del modelo de enseñanza a distancia y la plataformización del sector. Este fenómeno es más perceptible en las instituciones de educación superior privadas.

Palabras clave: educación superior; precarización del trabajo docente; censo de educación superior.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho é uma categoria fundamental para a compreensão das condições materiais de existência (Marx, 2017a; Frigotto, 2009). Nesse contexto, Antunes (2020) explora as transformações históricas do trabalho, analisando a transição do modelo produtivo fordista para o modelo toyotista. Essas transformações permanecem centralizadas no modelo de produção capitalista, no qual as formas de precarização do trabalho se intensificam, sobretudo com a adoção de reformas neoliberais. O conceito de empresa liofilizada, também proposto pelo autor, ilustra a materialidade do trabalho na indústria 4.0, caracterizada pela flexibilidade extrema: jornadas de trabalho não definidas, ausência de um local físico de trabalho fixo, remuneração variável e a redução da atuação sindical. Esses elementos configuram uma nova dinâmica laboral que intensifica a precarização e reforça o caráter volátil e exploratório das relações de trabalho no contexto contemporâneo.

Essa se torna uma nova forma de gestão de pessoas, que desenvolve técnicas de personificações do trabalho de modo mais interiorizado, ao responsabilizar o próprio trabalhador, que, segundo Antunes (2020), incorpora um autocontrole de sua produção. Esse processo de forte subjetivação da racionalidade produtivista acentua os processos de precarização do trabalho, com a diminuição dos direitos trabalhistas, enxugamentos de processos produtivos, sobrecarga de trabalho e flexibilização de atividades, que são alguns exemplos do modelo produtivo toyotista. Essa forma organizacional, na perspectiva de Lesnieski, Trevisol e Bechi (2023), está baseada no gerencialismo e na performatividade. A política de gerencialismo oferece um modelo de organização centrado nas pessoas que naturaliza a performatividade como condição de sucesso e eficiência para as instituições públicas e privadas. Dessa forma, o gerencialismo assume como características principais o controle e a regulação mensurados pelo desempenho profissional e individual.

No Brasil, a precarização do trabalho docente ganhou força a partir da década de 1990, quando a contrarreforma do Estado incorporou princípios neoliberais, como a flexibilização das relações trabalhistas e a retração do papel regulador estatal, e se agravou nos anos 2000, com a rápida expansão do ensino superior privado. Esse cenário de expansão quantitativa, porém qualitativamente desigual, trouxe novas pressões sobre os professores, refletindo-se em contratos frágeis, sobrecarga e desvalorização profissional. Não por acaso, o tema passou a ocupar lugar central na produção acadêmica: Gemelli e Closs (2022) apontam que as pesquisas sobre trabalho docente têm se concentrado na formação e avaliação da docência universitária, nos saberes e práticas pedagógicas e, sobretudo, nas condições de precarização.

Os pesquisadores Bianchetti e Sguissardi (2017), ao apresentarem os dados da expansão da educação superior, denunciam que a supremacia de uma racionalidade neoliberal tem contribuído para a precarização da qualidade educacional e do trabalho docente. Tal posição corrobora com os estudos de Trevisol, Fávero e Mikolaiczik (2025), que apontam que a expansão da educação superior não veio acompanhada com o sentido de democratização. As políticas públicas se intensificaram em dois sentidos: na

Interiorização da educação superior (Trevisol; Balsanello; Bastiani, 2022) e na democratização e ampliação do acesso à educação superior como condição imprescindível para a justiça social e para a superação das desigualdades sociais históricas (Almeida Filho, 2016; Bianchetti; Sguissardi, 2017; Dias Sobrinho, 2018; Sguissardi, 2015).

Sob a égide neoliberal, a expansão e interiorização do ensino superior, expressas no aumento de matrículas, cursos e modalidades, não se traduziram em democratização. Ao contrário, vieram acompanhadas de queda na qualidade acadêmica e de maior precarização do trabalho docente. Como observam Trevisol, Fávero e Mikolaiczik (2025) e Sguissardi (2015), o simples crescimento de vagas massifica, mas não garante acesso democrático.

O avanço da racionalidade neoliberal, analisado por Dardot e Laval (2016) e, mais recentemente, por Lesnieski, Trevisol e Bechi (2023), tem acelerado a massificação do ensino superior. Por sua vez, Sguissardi (2015) descreve essa massificação como prática típica do neoliberalismo: atrair “clientes” e maximizar lucros de grupos privados, relegando a qualidade acadêmica a plano secundário. Bianchetti e Sguissardi (2017) mostram que grandes corporações listadas em bolsa convertem a educação em *commodity*, vendida para gerar dividendos, mesmo à custa do empobrecimento formativo. A precarização não é apenas pedagógica; estende-se também às condições de trabalho docente, marcadas por instabilidade, sobrecarga e desvalorização.

A pesquisa de Agostini (2024) reforça esse diagnóstico, ao mostrar que a expansão do ensino remoto e híbrido no pós-pandemia aprofundou a precarização docente. Segundo a autora, as reformas mantidas após a crise sanitária provocaram redução de custos com pessoal, infraestrutura e manutenção; alterações nos estatutos profissionais que restrinham direitos trabalhistas e garantias sociais; políticas institucionais que limitaram a atuação sindical de docentes e estudantes; e fortalecimento de mecanismos de censura ou neutralização de abordagens pedagógicas progressistas. A popularização do EaD e das plataformas digitais intensificou a flexibilização laboral e o controle sobre as atividades docentes, impondo disponibilidade permanente e sobrecarga de tarefas.

Neste contexto, é imprescindível investigar a precarização do trabalho docente por meio de uma leitura crítica de documentos que expressem os resultados das políticas públicas educacionais, concebidas aqui como um campo de disputas entre atores sociais com interesses divergentes. O Censo da Educação Superior, produzido pelo INEP, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, permanece uma fonte privilegiada porque oferece microdados capazes de revelar a configuração do sistema universitário brasileiro. Embora sigam metodologias distintas, as pesquisas de Fagundes, Alves e González Calvo (2025) e de Schlesener e Fernandes de Lima (2020) convergem na temática e na perspectiva analítica, corroborando a pertinência da abordagem para examinar as condições de trabalho docente.

Diante desse contexto, a investigação pretende responder a seguinte questão de fundo: em que medida os dados do Censo da Educação Superior 2023 apontam elementos que evidenciam a precarização do trabalho docente? O objetivo é analisar a precarização do trabalho docente a partir dos dados apresentados no Censo de Educação Superior 2023, tendo como lastro analítico as metas do Plano Nacional de Educação

(2014-2024) relacionadas à educação superior, sendo elas a 12, 13 e 14. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de objetivo exploratório, com coleta de dados documental. O universo da pesquisa são os dados publicados em 2024 pelo Inep sobre o CenSup 2023.

2 O TRABALHO NO PENSAMENTO MARXIANO: DA PRODUÇÃO DE VALORES-DE-USO AO ESTRANHAMENTO NO CAPITALISMO

No pensamento marxiano o processo de trabalho é entendido como uma atividade teleológica, ou seja, orientada a um fim previamente idealizado. Ele contrasta a produção animal, que é limitada pela necessidade biológica e visa exclusivamente à sobrevivência, com o trabalho humano, que ocorre em liberdade em relação à natureza e se caracteriza pela capacidade de produzir conscientemente além das necessidades imediatas. Enquanto os animais apenas modificam a natureza para atender suas exigências biológicas, os seres humanos transformam a natureza de forma universal e consciente, confrontando-se livremente com seus produtos. Para Marx (2017a, p. 327), "[...] o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo [...]".

Além da dimensão teleológica, para Marx e Engels, o trabalho também possui uma dimensão ontológica, visto que por meio dele, o ser social produz e reproduz as condições materiais objetivas e subjetivas à própria existência:

O primeiro fato histórico é pois a produção dos meios que permitem satisfazer as necessidades, a produção da própria vida material; trata-se de um fato histórico, de uma condição fundamental de toda a história, que é necessário, tanto hoje como há milhares de anos, executar dia a dia, hora a hora, a fim de manter os homens vivos (Marx; Engels, 2022, p. 31).

O trabalho, em sua essência, não visa apenas satisfazer as necessidades individuais, mas também as da coletividade. Sendo uma atividade ontologicamente fundante do ser social, sua centralidade reside na produção de valores-de-uso, e não de valores-de-troca. Assim, para Marx (2017a), para que o trabalho reapareça em mercadorias, ele deve ser empregado em valores-de-uso, ou seja, em coisas que satisfazem as necessidades humanas.

A transição das sociedades pré-capitalistas para as capitalistas trouxe uma transformação fundamental na concepção e organização do trabalho. Nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho estava principalmente voltado para a produção de valores-de-uso, ou seja, a satisfação das necessidades imediatas da comunidade e do indivíduo. Com o advento do capitalismo, essa dinâmica mudou radicalmente. O trabalho passou a ser organizado em torno da produção de mercadorias com o objetivo de gerar valores-de-troca, ou seja, bens produzidos não para atender diretamente às necessidades do trabalhador ou da comunidade, mas para serem vendidos no mercado e gerar lucro para o capitalista.

Com a consolidação do modo de produção capitalista, ocorre uma distorção nas relações de trabalho, que Marx chama de estranhamento. Isso significa que o trabalhador se vê alienado do produto de seu trabalho, da própria atividade de trabalho, de sua essência humana e de outros seres humanos. A produção capitalista, portanto, desumaniza o processo de trabalho, transformando-o em um sacrifício, onde o trabalhador não se reconhece no que produz (Marx, 2017a).

No capitalismo, a produção da vida humana ocorre por meio do mercado, uma vez que os indivíduos precisam vender e comprar mercadorias para sobreviver. Todos se tornam simultaneamente produtores e consumidores, vendendo algo, como produtos ou sua força de trabalho, para adquirir os meios de subsistência. Existem dois grupos principais: os proprietários dos meios de produção, que vendem mercadorias, e os trabalhadores, que vendem sua força de trabalho. Nas relações de produção capitalistas, a força de trabalho é explorada para gerar mais-valia, acumulada pelo capitalista, criando um ciclo contínuo de valorização do capital. Já nas relações de produção não capitalistas, como na produção familiar, cooperativa e, em alguns casos, estatal, a força de trabalho não é comprada, não gerando mais-valia e, portanto, sem acumulação de capital (Tumolo, 2018).

Assim, produtores não capitalistas enfrentam concorrência de empresas capitalistas, que, ao desenvolverem a força produtiva do trabalho por meio de inovações tecnológicas e organizacionais, reduzem o valor de suas mercadorias, dificultando a sobrevivência desses pequenos produtores no mercado. As empresas capitalistas tendem a dominar, eliminando progressivamente a produção fora do sistema capitalista. A competição também se intensifica entre as próprias empresas capitalistas, resultando em uma disputa tanto entre produtores quanto entre trabalhadores, que sofrem com o aumento da produtividade e a consequente precarização das condições de trabalho.

Outro fator relacionado ao trabalho, abordado por Marx (2017b), trata da Lei da Tendência à Queda da Taxa de Lucro. Essa lei busca explicar uma contradição fundamental do capitalismo: ao mesmo tempo que os capitalistas aumentam a produtividade e adotam avanços tecnológicos para elevar seus lucros, essa própria estratégia tende a diminuir a taxa de lucro ao longo do tempo.

Para compreender essa dinâmica, é importante considerar como Marx define a taxa de lucro. Ela é a relação entre a mais-valia, ou seja, o valor extra gerado pela exploração do trabalho, e o capital total investido, que é composto pelo capital constante – máquinas, matérias-primas, tecnologias – e pelo capital variável – os salários pagos aos trabalhadores. À medida que o capitalismo se desenvolve, os capitalistas tendem a investir cada vez mais em capital constante, buscando aumentar a eficiência produtiva. Com o aumento desse tipo de investimento, surge uma mudança na composição orgânica do capital, pois, proporcionalmente, o capital constante cresce em relação ao capital variável, ou seja, o trabalho humano (Marx, 2017a).

No entanto, é precisamente o trabalho humano que gera mais-valia, já que apenas a força de trabalho pode produzir valor além do seu próprio custo. À medida que a proporção de trabalhadores em relação ao capital total diminui, a quantidade de mais-valia gerada também se torna relativamente menor. Isso significa que, embora os

capitalistas estejam aumentando a produtividade por meio de máquinas e tecnologia, a fonte real de geração de valor – o trabalho humano – está sendo proporcionalmente reduzida. Como resultado, a taxa de lucro tende a cair, já que o capital constante aumenta, mas a mais-valia não acompanha esse crescimento no mesmo ritmo (Marx, 2017b).

Essa contradição é uma representação da própria lógica do capitalismo. Os capitalistas, na busca por maior eficiência e competitividade, investem em inovações tecnológicas e em formas mais avançadas de organização da produção, o que, a curto prazo, pode elevar os lucros. No entanto, como esses investimentos não aumentam diretamente a quantidade de mais-valia gerada pela força de trabalho, a tendência de queda da taxa de lucro se impõe em médio e longo prazos. Esse fenômeno, para Marx, é uma das contradições internas que tornam o capitalismo instável e sujeito a crises cílicas.

Embora a lei postule uma tendência, Marx (2017b) reconhece a existência de fatores que podem frear ou até reverter temporariamente essa queda. Dentre esses fatores, destaca-se o aumento da exploração da força de trabalho, seja pela extensão da jornada de trabalho ou pela intensificação do ritmo de produção. Esses fatores contratendenciais, no entanto, não eliminam a tendência de queda da taxa de lucro, apenas a retardam temporariamente. À medida que o capitalismo se desenvolve, essas estratégias se tornam insuficientes para frear completamente a pressão sobre os lucros. Quando a taxa de lucro cai a um ponto crítico, os capitalistas enfrentam dificuldades para manter seus lucros e são forçados a adotar medidas drásticas, como cortes de custos, redução de salários e até a descontinuação de certos investimentos.

O crack de 1929 é um exemplo desse movimento. Behring e Boschetti (2016) o descrevem como uma manifestação da lei do valor, além de marcar uma transição no processo de acumulação capitalista. As autoras argumentam que as crises devem ser compreendidas dentro de ciclos longos de expansão e depressão, em que fatores, como o aumento da composição orgânica do capital e a queda na taxa de mais-valia geraram obstáculos. A crise de 1929-1932 intensificou a concorrência, gerou estagnação e desemprego em razão da superabundância de capitais e da redução dos lucros. As respostas envolveram intervenções estatais, aumento do consumo e economia de guerra.

A partir da década de 1960, o Welfare State, implementado como estratégia capitalista para responder à crise de 1929, começa a mostrar sinais de esgotamento. Ele deixa de atender aos interesses da classe dominante, sendo considerado um obstáculo para a nova fase de acumulação capitalista. Nesse contexto, a intervenção estatal na economia passa a ser vista como um fator que engessa o circuito produtivo e impede o desenvolvimento econômico, especialmente em um cenário de globalização e mundialização da economia, que exige desregulamentação e flexibilização dos mercados. A crise de 1973 marca uma ruptura definitiva com o modelo assistencialista-keynesiano, evidenciando a necessidade de um novo modelo de acumulação que permitisse ampliar os lucros das empresas e enfraquecer o poder dos sindicatos. Nesse momento, o neoliberalismo emerge como a corrente dominante, consolidando-se nas últimas décadas do século XX (Almeida; Damasceno, 2015).

A perspectiva neoliberal refere-se a um conjunto de políticas e programas implementados em várias áreas como resposta à crise do capital que teve início nos anos

1970, com o objetivo de restaurar a hegemonia burguesa no cenário do capitalismo global. Os princípios neoliberais defendem a mínima intervenção estatal na regulação do comércio e dos mercados financeiros, promovem o equilíbrio fiscal por meio de cortes orçamentários e restrições nos gastos com políticas sociais, além de reformas fiscais e a manutenção de uma taxa natural de desemprego. Essas diretrizes ganharam destaque após serem adotadas por governos, como o de Margaret Thatcher, no Reino Unido; Ronald Reagan, nos Estados Unidos; e Helmut Kohl, na Alemanha (Behring; Boschetti, 2016; Gentili, 2000).

A adoção de medidas neoliberais trouxe consequências para o mundo do trabalho, intensificando a exploração e a precarização das condições laborais. Com a flexibilização dos mercados e a redução da intervenção estatal, o poder dos sindicatos foi enfraquecido, o que resultou em menor proteção aos direitos dos trabalhadores e maior facilidade para demissões, terceirizações e contratações temporárias. A política de cortes em gastos sociais também afetou diretamente a classe trabalhadora, com a diminuição do investimento em serviços públicos, como saúde, educação e previdência social, aumentando a vulnerabilidade dos trabalhadores. Além disso, a busca incessante por competitividade e aumento da produtividade levou à intensificação do trabalho, aumento da jornada e redução dos salários, aprofundando a alienação dos trabalhadores em relação ao processo produtivo.

3 A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

Como abordado anteriormente, a precarização do trabalho, na lógica do capitalismo esteve sempre presente, caso exemplar são as mudanças direcionadas à classe trabalhadora iniciadas na década de 1970, alinhadas com a implementação das políticas neoliberais. Essas políticas, ampliadas na década de 1990, trouxeram uma personificação do trabalho como personificação do capital e inserção profunda na subjetividade do trabalhador. Conforme apontam Lesnieski e Oviedo (2023), no modelo de produção taylorista/fordista, o trabalhador detinha conhecimento restrito a uma pequena fração do processo produtivo, dominando apenas as especificidades de um setor específico e sendo treinado para realizar uma tarefa específica, o que facilitava sua substituição a qualquer momento. Com a transição para o modelo toyotista, adotado em resposta à crise de acumulação do capital, essa qualificação limitada do trabalhador passou a ser considerada insuficiente. Passou-se, então, a buscar um novo perfil de trabalhador, que fosse multifuncional, polivalente e dotado de inteligência emocional, capaz de desempenhar diferentes funções e mais adaptado ao modelo de acumulação flexível (Holanda; Freres; Gonçalves, 2009).

No contexto específico da educação superior, essas transformações assumem características particulares. Conforme observa Maués (2010), as recomendações emanadas de organismos internacionais, como o Banco Mundial e a OCDE, têm apontado para a adaptação dos sistemas educacionais, sobretudo os de nível superior, às exigências

do mercado, colocando as universidades a serviço das empresas. Nessa lógica de vinculação da educação ao mercado, o papel e as funções das universidades passam a ser questionados e surgem novas propostas que orientam as reformas desse nível de ensino. Nesse contexto, o trabalho docente também é alvo das mudanças e esse profissional passa por uma metamorfose que o distânciaria das tradicionais funções pelas quais era responsável.

Complementarmente, Antunes (2020) descreve esse processo como uma flexibilidade liofilizada, trazendo conceitos de continuidade e descontinuidade do modelo taylorista/fordista. O trabalhador, na forma de produção toyotista, é inserido nos objetivos e metas empresariais como se fosse parte da empresa. Nesse processo, a empresa incorpora a maior quantidade de trabalho ao corporificar maquinário informacional-digital, diminuindo custos e aumentando índices de produtividade e lucro.

O modelo *just in time* (Antunes, 2020) evita gastos excessivos, mostrando que a produção precisa de mais do que um grande contingente de objetos prontos para as prateleiras, necessita uma organização de recursos eficiente, evitando desperdício e diminuindo o excedente. Com o passar do tempo, a qualificação tornou-se exigência aos trabalhadores. Segundo Antunes (2020, p. 135), "A combinação entre padrões produtivos tecnologicamente mais avançados, busca pela melhor qualificação da força de trabalho e prática da intensificação da exploração da força de trabalho se tornou característica do capitalismo no Brasil", imputando novas formas de exploração e precarização. Dessa forma, o toyotismo, com foco no reforço da competitividade da empresa por meio do capital humano de seus empregados e do modo de gestão denominado *New Management*, acaba por estabelecer uma relação entre as profissões, os postos de trabalho e a educação continuada, tudo baseado nas competências (Del Rey, 2012).

É neste contexto que novas formas de gestão de pessoas são implementadas, segundo Antunes (2020, p. 113), pois a "[...] flexibilidade liofilizada procura envolver as personificações do trabalho de modo mais interiorizado, procurando converter os empregados voluntariamente em uma espécie de autocontroladores de sua produção, em déspotas de si mesmos". No surgimento dos empresários de si mesmo, do sucesso e responsabilização pessoal, em plena época da informatização do trabalho, surge um processo de informalização do trabalho, pautado na mudança forte de subjetividade desse trabalhador.

Os apontamentos de Antunes (2020) remetem a uma interligação (ainda que guardadas suas diferenças) com a teoria da racionalidade neoliberal de Dardot e Laval (2016). O avanço global da tecnologia, acompanhado por um discurso esperançoso, no qual o desenvolvimento de novas técnicas de trabalho ajudaria a promover o crescimento de sociedades, mostra-se aliado de um modo de vida neoliberal que produz nos sujeitos a sensação de que para se tornar humano, é necessário primeiro constituir-se trabalhador. O prefixo "neo" denuncia diferenças do que já se propunha a partir do liberalismo clássico. De acordo com os autores, o liberalismo clássico não deu conta de incorporar as necessidades de gestão, organização, as formas jurídicas, a concentração de recursos ou de gerar competição básica para o formato de empresa moderna (Dardot; Laval, 2016).

Por isso, o homem moderno precisa desenvolver-se para receber reconhecimento como indivíduo. Nesse sentido, o desenvolvimento toma uma posição contínua, que vai da infância até o fim de sua vida para ser validada. Dardot e Laval (2016) afirmam que um *ethos* de autovalorização foi desenvolvido, em que o sujeito, como empresa de si, racionaliza o desejo. O desejo se trata de constituir-se um “cidadão digno” a partir das noções de sucesso advindas do trabalho na era capitalista. A disposição moral de um grupo, seus valores, a organização social e o caráter individual estão estreitamente associados ao *ethos*, já que este, relacionado à moralidade, influencia as condutas, experiências pessoais, a cultura, religião, educação e modelos de construção de uma sociedade, sendo a expressão prática dos valores aceitos.

Ao pensar no trabalhador médio do século XXI, o *ethos* neoliberal é indissociável. O neossujeito deve ser especializado, flexível, dócil e receptivo às necessidades apresentadas (Dardot; Laval, 2016). Não há maneira diferente de experienciar a vida enquanto a ordem material for capitalista, já que os bens, comprados a partir do dinheiro proveniente do trabalho, são a forma de emancipar o indivíduo. Cada sujeito tem poder à medida que tem dinheiro. Dinheiro significa sucesso.

Um exemplo da incorporação da racionalidade neoliberal no Brasil são as reformas trabalhista e previdenciária que, apesar de anunciadas como uma panaceia para o desemprego e o déficit previdenciário, contribuíram para o aumento do desemprego e a precarização das relações de trabalho. Sobre esse tema, Krein, Oliveira e Filgueiras (2019) apontam que a reforma trabalhista no Brasil, ao contrário do que prometia, agravou a crise econômica ao enfraquecer o mercado consumidor interno, que é responsável por 87% da dinâmica econômica. Ao reduzir os custos com trabalhadores para ganhar competitividade externa, afetou a demanda interna, contribuindo para a estagnação da economia desde 2015. Além disso, a promessa de aumento de investimentos e geração de empregos não se concretizou. Os autores apontam que metade das vagas criadas após a reforma ocorreu em setores que seguiram modelos opostos à lógica da reforma, como o transporte rodoviário de cargas, o setor público por meio de concursos, e o setor de atividades-meio, que já era amplamente terceirizado há décadas.

O avanço do mundo digital, das inovações e das Tecnologias da Informação e Comunicação abriu espaço para o surgimento de um novo proletariado, fragilizado pela flexibilização do trabalho, impulsionada pelo mito do empreendedor de si. A ideia de que, após concluir sua formação, uma pessoa garantiria emprego em uma boa empresa e permaneceria lá por anos, hoje se tornou praticamente inviável (Antunes, 2020). Nesse cenário, embora o empreendedorismo seja promovido como uma virtude, essa nova concepção de trabalho expõe a fragilidade das condições de vida.

De forma ilustrativa, em junho de 2022, quase 70% das empresas ativas no Brasil eram Microempreendedores Individuais (MEI) (Máximo, 2022). Entretanto, de acordo com o IBGE, em agosto de 2024, o Brasil contava com 14,6 milhões de MEIs em 2022, dos quais 28,4% estavam inscritos no Cadastro Único, evidenciando a vulnerabilidade econômica desse grupo. Além disso, 2,1 milhões de MEIs recebiam o Auxílio Brasil, programa destinado a pessoas em situação de pobreza. O levantamento revelou que mais de 4 milhões de microempreendedores tinham renda familiar de no máximo meio

salário mínimo por pessoa, o que destaca a fragilidade financeira dos MEIs, mesmo com uma empresa aberta. Dados adicionais indicaram que 18,8% dos celetistas no país também eram MEIs, atuando como empreendedores em uma segunda ocupação, e apenas 133,8 mil deles possuíam um funcionário com carteira assinada, representando menos de 1% do total de empresas nessa modalidade (Cunha, 2024).

Nesse contexto de precarização do trabalho, urge a discussão do impacto dessas mudanças nas condições de trabalho docente na educação superior. A flexibilização das relações de trabalho, marcada pela informalidade, falta de estabilidade e crescente exigência de multifuncionalidade, afeta diretamente o professorado. A docência, assim como outras profissões, tem sido permeada por lógicas neoliberais que demandam não apenas alta qualificação, mas também a constante adaptação a novas exigências, muitas vezes sem garantias de direitos trabalhistas básicos.

Especificamente no campo da educação superior, conforme observa Maués (2010), o trabalho docente vem se modificando à medida que a educação superior está passando por transformações estruturantes, sobretudo a partir do final dos anos 1990. Quando se trata do trabalho do professor da educação superior, a questão ganha contornos específicos, tendo em vista as funções que esse nível de ensino representa no crescimento de um país, na produção do conhecimento, da ciência e da tecnologia, elementos fundamentais para o desenvolvimento social e econômico. Analisar o Trabalho Docente na Educação Superior é um desafio importante, à medida que as reformas em curso têm alterado as finalidades da educação e esse fato tem repercussões nas atividades desenvolvidas por esse profissional.

No constructo do trabalho docente, duas dimensões da precarização se fazem presentes, ainda que sejam originárias da mesma problemática e estejam imbricadas: a) a primeira relaciona-se com os direitos trabalhistas, como, por exemplo, contratos de trabalho, jornada de trabalho, seguridade social, plano de carreira, etc. Notadamente, os Estados Nacionais e, como no caso do Brasil, as Unidades Federativas, que adotam princípios gerenciais neoliberais, têm implementado políticas que diluem os direitos trabalhistas historicamente conquistados. O objetivo é implementar, à maneira de Dardot e Laval (2016), um conjunto de reformas que responsabilizam do próprio trabalhador; b) a segunda refere-se à atividade laboral docente que passa pela flexibilização, formação deficitária, responsabilização pelo ambiente de trabalho, aumento do número de alunos por professor, intensificação de metas de desempenho, diminuição da autonomia, intensificação de processos de controle e regulação, implementação do tecnicismo pedagógico e dependência de plataformas que comprometem a qualidade educativa.

Na mesma linha, o conceito de servidão voluntária, empregado por Antunes (2020), explica adequadamente as relações de trabalho atuais precarizadas, uberizadas e plataformizadas, que impõem ao trabalhador da educação superior a mesma servidão experimentada em tempos anteriores ao capitalismo. A crença que em tempos de crise é um privilégio ter um trabalho ou mesmo que isso custe renunciar a direitos trabalhistas ou assumir jornadas de trabalho que comprometem a convivência familiar ou o tempo destinado ao lazer. Como apontam Pryjma, Bridi e Stremel (2023), a nova morfologia do trabalho docente consiste em um processo de individualização forçado que faz com que

professores desmobilizem práticas coletivas de diálogo, planejamento, troca de saberes e de luta sindical, tendo em vista as reivindicações de melhores condições de trabalhos (objetivas e subjetivas), de planos de cargos e salários articulados à carreira docente. Já que a ideia central apregoada aos professores é de responsabilização individual pela sua formação e ascensão social, a perspectiva coletiva se esmorece para o benefício do modelo.

Cabe bem lembrar o conceito de empresariamento da educação, cunhado por Freitas (2018), que tem produzido elementos de precarização do magistério. Para o autor, vivenciamos um neotecnicismo educacional que expropria o professor de seu trabalho intelectualizado. As plataformas de aprendizagem *on-line*, tecnologias adaptativas e inteligência artificial têm conduzido um processo que retira o trabalho vivo do magistério e transpõe para um trabalho técnico, burocratizado e repetitivo no interior de manuais e de plataformas digitais. A reforma empresarial da educação considera o docente como um trabalhador inserido no livre mercado competitivo e, nesse cenário, os salários dependem dos resultados, sem direito à estabilidade ou seguridades sociais.

No campo da educação superior, filiamo-nos às considerações de Leher (2022), de que está em curso um processo de desmanche do trabalho docente, por meio do complexo tecnológico estrategicamente impulsionado pelo capital. Tal desmanche, para o autor, é observado no crescimento de sistemas de ensino que contêm aulas apostiladas, roteirizadas, avaliações baseadas em competências, plataformas de trabalho que intensificam as atividades laborais, atendimentos *on-line*, agenda diária de trabalho, trabalho intermitente e redução de direitos trabalhistas. A uberização e plataformização alinhadas à expansão da privatização da educação superior sistematizaram formas de trabalho docente que se tornam dependentes das tecnologias digitais – com suas lógicas algorítmicas baseadas em dados e financeirizadas em meio a mudanças que envolvem a intensificação da flexibilização de relações e contratos de trabalho sob a égide da racionalidade neoliberal (Dardot; Laval, 2016) e da empresa enxuta (Antunes, 2020).

É neste sentido, que a investigadora Agostini (2024) mostra que a pandemia acentuou a precarização do trabalho docente no ensino superior. Os processos de tecnologização, apresentados como inovação ou adaptação à lógica produtiva neoliberal, redefinem a própria profissionalidade docente. A intensificação do trabalho remoto, de videoconferências, *e-mails* e redes sociais expandiu o volume de tarefas e supriu tempos de descanso e lazer. Paralelamente, a hibridização do ensino aumentou o número de estudantes por turma, comprometendo o acompanhamento pedagógico. Facin *et al.* (2024) acrescentam que a plataformização viabilizada pelas Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação, somada à flexibilização da Educação a Distância, mercantiliza o ensino e erode a autonomia docente.

Ainda segundo a autora (Agostini, 2024), a carga horária docente aumentou, enquanto o *home office* diluiu as fronteiras entre a vida privada e a profissional e multiplicou tarefas burocráticas transferidas para o ambiente *on-line*. Borssoi (2020) acrescenta que hoje se exige do professor gravar aulas, produzir materiais digitais, planejar trilhas de aprendizagem, aplicar metodologias ativas e responder pelo desempenho discente em exames de larga escala. Esse conjunto de exigências, somado

a um sistema de controle burocrático orientado por métricas, precariza a docência e afeta a saúde mental dos professores. A seguir, os microdados do Censo da Educação Superior 2023 (INEP, 2024b) permitem verificar em números como essas dinâmicas se manifestam no cotidiano universitário, evidenciando a extensão da precarização docente.

4 OS DADOS DO CENSUP 2023 E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NO ENSINO SUPERIOR

O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, é um instrumento importante para compreender os desafios e lacunas da educação superior brasileira. Com base nos dados de 2023, divulgados em outubro de 2024, que incluem informações sobre infraestrutura, matrículas, ingressantes e docentes, este estudo propõe uma análise fundamentada nas metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 (INEP, 2014b).

Quadro 1 – Conjunto de metas do PNE 2014-2024 usados como referência analítica

| Metas | Descrição |
|-------|---|
| 12 | Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público. |
| 13 | Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. |
| 14 | Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. |

Fonte: adaptado da Lei n. 13.005/2014 (Brasil, 2014).

É importante ressaltar que a escolha pelos dados do Censo 2023 representa uma delimitação temporal específica que, embora permita uma análise atualizada das condições do trabalho docente, apresenta limitações analíticas importantes. A análise de um único ano não permite capturar tendências históricas de longo prazo ou variações cíclicas que poderiam enriquecer a compreensão dos processos de precarização. Contudo, essa delimitação justifica-se pela necessidade de examinar as configurações mais recentes do trabalho docente, especialmente considerando as transformações aceleradas que o setor tem vivenciado nos últimos anos, incluindo os impactos da pandemia de Covid-19, a expansão do ensino a distância e as mudanças nas modalidades de contratação. Futuras pesquisas poderiam beneficiar-se de análises longitudinais que incorporem séries históricas mais extensas, bem como da triangulação com outras fontes

de dados, como pesquisas de condições de trabalho docente e relatórios de sindicatos da categoria.

A articulação entre os dados empíricos do Censo 2023 e as metas do PNE 2014-2024 revela tensões importantes entre os objetivos normativos e a realidade observada. A meta 12, que preconiza a expansão do acesso com qualidade e priorização do segmento público, contrasta com os dados que indicam o predomínio absoluto das instituições privadas na oferta de vagas e matrículas. Essa discrepância não é meramente quantitativa, mas sinaliza um modelo de expansão que privilegia a massificação em detrimento da democratização efetiva, com implicações diretas para as condições de trabalho docente. A meta 13, ao estabelecer patamares de qualificação docente, embora importante para a elevação do padrão acadêmico, pode inadvertidamente reforçar a lógica da responsabilização individual e da competitividade entre docentes, características centrais da racionalidade neoliberal. Por sua vez, a meta 14, focada na expansão da pós-graduação, deve ser analisada considerando-se não apenas os aspectos quantitativos, mas as condições em que essa expansão ocorre e seus reflexos na carreira e nas condições de trabalho dos futuros docentes.

De maneira contextual, conforme apontado por Minto (2018), o PNE 2014-2024 enfrentou alterações em relação às deliberações da Conferência Nacional de Educação de 2010 (Conae), resultando em um documento de viés privatista e consolidando tendências das políticas educacionais das últimas décadas. Apesar do relativo consenso sobre os avanços propostos pela Conae, o projeto final do PNE não traduziu plenamente essas deliberações, carecendo de um diagnóstico da realidade educacional e do plano anterior. Essa lacuna favoreceu a reorganização de interesses do setor privado e a captura do fundo público, enquanto neutralizou características essenciais para avanços substanciais no ensino superior público.

Ainda, segundo o autor, o PNE expõe conflitos de interesses ao silenciar sobre tendências históricas, como a diferenciação institucional e a diversificação das modalidades de ensino, favorecendo o setor privado. A desqualificação do princípio da indissociabilidade ensino-pesquisa, vista como inadequada ao modelo econômico das IES privadas, reforça esse viés. Além disso, o PNE ignora a atuação das "fundações de apoio" nas IES públicas, que canalizam recursos públicos para atividades privadas, alinhadas à inovação e internacionalização. A lógica quantitativista de avaliação e financiamento também perpetua desigualdades, atendendo a interesses privados em detrimento do setor público (Minto, 2018).

A confrontação das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) com os microdados do Censo da Educação Superior 2023 evidencia a ambiguidade dos indicadores oficiais: enunciadas em termos supostamente neutros, as metas podem servir a lógicas diversas segundo o contexto de execução. O predomínio do setor privado, revelado pelo Censo, não configura simples desvio estatístico, mas a materialização de um projeto político-econômico que, sob a cobertura normativa do PNE, legitima a mercantilização do ensino superior. Moraes (2022) mostra que essa expansão se associa à precarização laboral: crescimento de contratos temporários, aumento da relação aluno/docente, retração dos regimes de dedicação exclusiva e substituição eventual de

docentes por técnicos-administrativos. Tais evidências confirmam que a flexibilização do trabalho docente é componente estrutural do paradigma neoliberal na universidade. Assim, o projeto nacional de expansão, colonizado pela lógica empresarial, fragiliza as condições de trabalho e coloca em risco a qualidade acadêmica (Trevisol; Fávero; Mikolaiczik, 2025).

Por meio do Censup 2023 (INEP, 2024b), a partir das metas definidas no PNE (2014-2024), é possível observar um desenho do que está sendo prospectado para o Ensino Superior brasileiro. Os dados apresentados pela pesquisa, referentes ao número de instituições de ensino superior e de vagas ofertadas – sistematizados na Tabela 1 –, apresentam o predomínio das instituições privadas.

Tabela 1 – Instituições de Educação Superior, por organização acadêmica e categoria administrativa – 2023

| Ano | Total | Universidade | | Centro Universitário | | Faculdade | | IF e Cefet | |
|------|-------|--------------|---------|----------------------|---------|-----------|---------|------------|---------|
| | | Pública | Privada | Pública | Privada | Pública | Privada | Pública | Privada |
| | | | | | | | | | |
| 2023 | 2.580 | 116 | 89 | 9 | 384 | 150 | 1.791 | 41 | n.a. |

Fonte: (INEP, 2024b, p. 19).

Os dados da Tabela 1 revelam uma configuração institucional que contraria abertamente a meta 12 do PNE, que preconiza que pelo menos 40% das novas matrículas devem ocorrer no segmento público. A predominância absoluta das instituições privadas (2.264 contra 316 públicas) não apenas demonstra o fracasso em alcançar essa meta, mas também sinaliza um modelo de expansão que prioriza a lógica mercantil em detrimento do caráter público da educação superior. Essa configuração tem implicações diretas para o trabalho docente, uma vez que as instituições privadas, orientadas pela lógica do lucro, tendem a adotar práticas de gestão que intensificam a precarização das condições laborais.

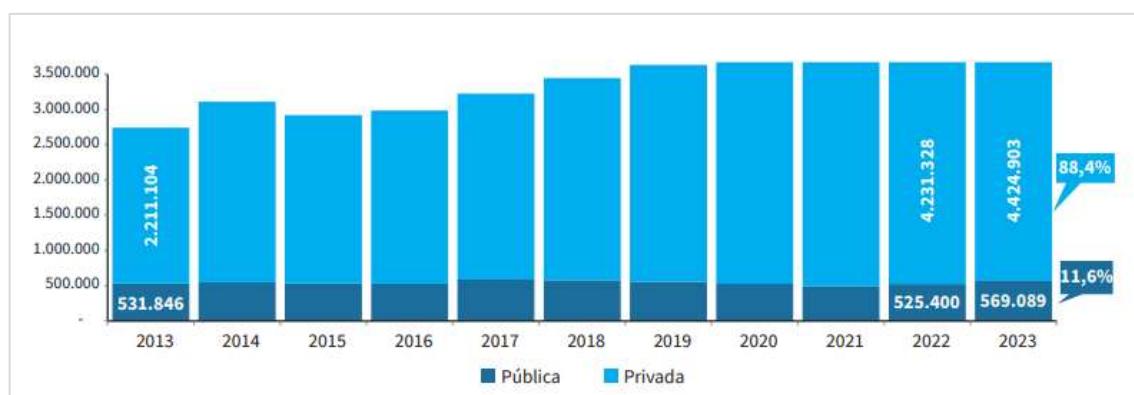
No motor do sistema capitalista, como observa Laval (2019), o ensino superior é perpassado por uma lógica neoliberal que opera em duas frentes. Primeiro, consolida-se como ideologia da empregabilidade: cursos curtos, pragmáticos e moldados às necessidades imediatas do setor produtivo. Segundo, transforma-se em mercado em expansão, onde a oferta massiva de vagas e a proliferação de instituições visam maximizar lucros. Quando a rede pública ocupa posição minoritária, a maioria dos estudantes fica obrigada a pagar pela formação ou recorrer a financiamentos estatais. A educação, então, converte-se em serviço a ser adquirido pelo “sujeito neoliberal”, sempre convocado ao aprimoramento contínuo para manter seu valor no mercado. Essa perspectiva se confirma nos números de vagas e ingressos apresentados a seguir (Tabela 2; Figura 1), que ilustram a dominância privada e a mercantilização subjacente ao sistema.

Tabela 2 – Número de vagas de cursos de graduação, por tipo de vaga e categoria administrativa – 2023

| Categoria Administrativa | Total Geral de Vagas | Vagas Novas Oferecidas | Vagas de Programas Especiais | Vagas Remanescentes |
|--------------------------|----------------------|------------------------|------------------------------|---------------------|
| Pública | 1.005.094 | 702.640 | 56.694 | 245.760 |
| Privada | 23.681.606 | 17.610.297 | 51.371 | 6.019.938 |
| Total | 24.686.700 | 18.312.937 | 108.065 | 6.267.698 |

Fonte: (INEP, 2024b, p. 20).

Figura 1 – Número de ingressos em cursos de graduação, por categoria administrativa – 2013-2023



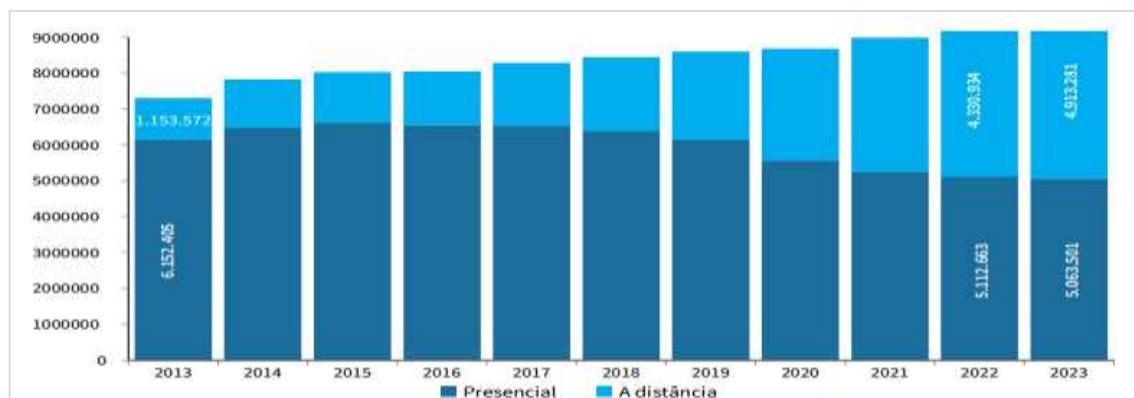
Fonte: INEP (2024b, p. 15).

A análise dos dados da Tabela 2 em articulação com a meta 12 do PNE revela uma contradição estrutural: enquanto o plano estabelece a expansão prioritária do segmento público, observa-se que as instituições privadas oferecem mais de 23 vezes o número de vagas das instituições públicas. Essa desproporção não apenas compromete o cumprimento da meta, mas revela como a expansão quantitativa tem ocorrido predominantemente por meio de um modelo que subordina a educação à lógica mercantil. Para o trabalho docente, essa configuração implica condições diferenciadas de exercício profissional, com as instituições privadas frequentemente adotando práticas de gestão que priorizam a redução de custos em detrimento da qualidade das condições laborais.

O crescimento no número de vagas e de matrículas não significa propriamente a democratização do acesso à educação superior, como adverte Sguissardi (2015). É importante não confundirmos democratização com massificação. A democratização, para além da simples ampliação de vagas ou aumento de matrículas, está preocupada com a qualidade educacional, com a inclusão social, com a justiça e com a inserção desses jovens no ambiente de trabalho. Por outro lado, a massificação centra-se apenas na oferta de vagas sem preocupações com a qualidade, o seu único objetivo é atrair clientela e aumentar os lucros para empresas privadas que atuam na educação superior. Como

apontam Bianchetti e Sguissardi (2017), são empresas de capital aberto na bolsa de valores que tratam e entendem a educação como *commodity*, um produto para ser comercializado e consumido com o objetivo de gerar lucro, ainda que cause o esvaziamento de sentido e a precarização da formação universitária. A crônica expansão nas matrículas na modalidade EaD – Figura 2 – nos ajuda a entender esse cenário.

Figura 2 – Número de matrículas em cursos de graduação, por modalidade de ensino – 2013-2023



Fonte: INEP (2024b, p. 21).

A expansão desproporcional do ensino a distância evidenciada na Figura 2 deve ser analisada não apenas como inovação pedagógica, mas como uma estratégia de redução de custos que tem implicações diretas para o trabalho docente. Embora o PNE não estabeleça metas específicas para modalidades de ensino, a predominância do EaD no setor privado revela como a busca pela eficiência econômica pode comprometer tanto a qualidade educacional quanto as condições de trabalho dos professores. Essa modalidade, quando orientada exclusivamente pela lógica mercantil, tende a intensificar a precarização por intermédio da padronização de conteúdos, aumento da razão aluno-professor e flexibilização extrema das relações contratuais.

Esse crescimento da modalidade EaD, consoante a racionalidade neoliberal, expressa uma forma de mercantilização da educação. Para Laval (2004, p. 132), “as vantagens econômicas de tal fórmula são evidentes: sem paredes a construir uma flexibilização de utilização, uma mundialização da oferta e da demanda”. A abertura para a entrada da iniciativa privada (sem a definição de critérios acadêmicos) torna o ensino superior um bem privado, regido pelos ditames neoliberais de produção, de lucro e de gestão (Laval, 2004; Lesnieski; Trevisol; Bechi, 2023). Além disso, as tecnologias da informação e da comunicação têm levado à plataformização da educação (Hypolito, 2012) e tratado o professor como um mediador do processo de ensino-aprendizagem, favorecendo processos de precarização.

No campo de trabalho, a entrada da oferta em EaD, de acordo com Antunes (2020), tem representado as características da morfologia do modelo toyotista com o crescimento de contratos temporários que são remunerados por serviços prestados. Essa estrutura laboral se caracteriza como formas de trabalho de contratos flexíveis, precários,

sem direitos e vantagens na carreira e potencializa várias situações preocupantes, como: (a) professores atuando em áreas distintas de sua formação; (b) formação inadequada ou inconclusa, trabalho concomitante com a docência e elevada carga horária; (c) ausência de sindicalização e pouco espaço para participação política; (d) naturalização de insegurança e incerteza quanto ao futuro profissional, resultando em instabilidade, rotatividade no emprego e desvalorização profissional e social.

Outro dado relevante está relacionado ao perfil das instituições. Embora as faculdades representem a maior quantidade de IES (75%), elas detêm apenas 11,38% do número de matrículas (INEP, 2024b). As universidades, que representam 7,94% das instituições, concentram 53% das matrículas, e os Centros Universitários, que representam 15,23% das IES, detêm 33,11% das matrículas (INEP, 2024b), ou seja, não necessariamente o porte da categoria administrativa será o diferencial que resultará em melhores condições de trabalho dos professores ou acesso aos estudantes. Após a pandemia ocorreu uma diminuição na quantidade de professores em atuação na rede privada, mesmo que esta detenha o maior número de alunos. Em 2023 havia 177.599 professores contratados na rede pública, contra 150.367 professores em IES particulares (INEP, 2024b, p. 62), mesmo que as privadas com e sem fins lucrativos representem um total de 2.264 instituições, e as públicas, divididas em Federais, Estaduais e Municipais apresentem um total de 316.

Esse movimento tem como consequência a quantidade de alunos atribuídos por professor. Uma média total demonstra que havia 11,9 alunos por professor na rede pública e 51,9 alunos por professor na rede privada. Porém, ao tratar dos números por modalidade, a diferença é ainda maior: para cursos presenciais em IES públicas, a razão é de 10,8 alunos por professor, contra 22,5 na rede privada; para cursos EaD são 33,2 alunos por professor na rede pública e, na rede privada, 168,3 alunos para cada professor ativo (INEP, 2024b, p. 63), condições que influenciam diretamente o professor e a qualidade do ensino, anunciando sentidos de precarização.

O Censo da Educação Superior (INEP, 2024b) revela dinâmicas opostas entre as redes pública e privada. Na última década, a rede pública aumentou em 33,7% seu corpo docente em tempo integral. Já a rede privada, que concentra a maioria das matrículas e cursos, reduziu 13,6% dos contratos horistas, 3,2% dos de tempo parcial e 1,7% dos de tempo integral. Hoje, nela predominam vínculos instáveis: 42,8% dos professores atuam em tempo parcial, 30% como horistas e apenas 25% em tempo integral. Esses números representam condições laborais inseguras associadas a modelos de gestão empresariais. Embora mantenha o percentual mínimo de mestres e doutores em tempo integral, exigido pelo Decreto 9.235/2017, o setor privado apresenta também a mais alta relação aluno/docente, sobretudo no EaD, modalidade largamente ofertada pelas instituições privadas (Trevisol; Fávero; Mikolaiczik, 2025), intensificando pressões sobre qualidade acadêmica e trabalho docente.

A precarização do trabalho docente se manifesta por meio da flexibilidade dos contratos, legitimada pelas reformas trabalhistas no contexto do modelo produtivo neoliberal. Essa dinâmica é agravada pelas condições sociais adversas e pelos baixos salários, que obrigam os professores a aceitar lecionar em diversas disciplinas. Nesse

cenário, a meta 13 do PNE (2014-2024), embora relevante para a qualificação profissional, acaba reforçando a lógica do aprendizado ao longo da vida e naturalizando a competição. Dardot e Laval (2016) explicam que os processos subjetivos de normatização, fundamentados em técnicas disciplinares, operam como dispositivos de eficácia. Esses dispositivos são indispensáveis porque, sem eles, a adesão à lógica mercantil não ocorreria de forma espontânea. Assim, a competitividade e a busca incessante por qualificação tornam-se internalizadas pelos professores, perpetuando o ciclo de precarização e exploração.

Por mais bem-intencionadas que sejam as metas voltadas à formação e qualificação dos professores no ensino superior, a precarização da profissão acaba esvaziando seu significado quando não acompanhada de melhorias nas condições objetivas de trabalho. Nenhum título acadêmico, por si só, é capaz de garantir a qualidade do ensino. É crucial considerar os desafios regionais, já que cada estado possui suas próprias especificidades. O panorama educacional brasileiro, especialmente no ensino superior, reflete uma marcante heterogeneidade, exigindo abordagens contextualizadas e sensíveis às particularidades de cada região.

Após o período da pandemia, observou-se uma modificação no número de professores atuando em IES privadas, indicando desafios na profissão, incluindo instabilidades contratuais e reduções de carga horária. Durante o período pandêmico também houve a popularização da modalidade EaD e a flexibilização das formas de ensino. Sobre o perfil de trabalho destes professores, em 2023, é possível localizar no painel de dados estatísticos BI, disponibilizado pelo INEP (2024a) que, em se tratando de cursos presenciais, 63% das contratações são de tempo integral e no EaD, 47%. Do total de docentes neste ano, 122.967 estavam em regime integral com dedicação exclusiva. Em tempo integral, porém sem dedicação exclusiva, os dados apontam para 67.305 docentes, como tempo parcial 79.497 e 55.237 horistas.

No âmbito dos cursos presenciais, observa-se que a maioria das contratações ainda ocorre em regime integral, um tipo de contrato que oferece uma base mais sólida, promovendo certa estabilidade aos profissionais. No entanto, ao considerarmos o ensino a distância, a proporção de contratações em período integral atinge cerca de 49,6%, sinalizando demandas distintas entre as modalidades, indicativo de que a expansão do EaD tem sido acompanhada por uma flexibilização das relações contratuais. A segmentação dos professores, segundo os regimes de dedicação, aponta para uma diversidade nas condições contratuais, o que representa diferentes estratégias institucionais de gestão do trabalho docente, com implicações diretas para a estabilidade profissional e a qualidade do ensino.

Por fim, as metas 12, 13 e 14 do PNE (2014-2024), embora direcionadas à ampliação do acesso, qualificação docente e inovação no ensino superior, revelam contradições ao serem implementadas em um contexto de prevalência do viés neoliberal e privatista. A meta 12, focada na ampliação de matrículas com priorização do segmento público, contrasta frontalmente com a realidade observada nos dados do Censo 2023, que sinalizam a predominância absoluta do setor privado. Essa discrepância não representa apenas um desvio quantitativo, mas a materialização de um projeto que

prioriza a massificação em detrimento da democratização efetiva, ignorando questões fundamentais de qualidade e inclusão social. A meta 13, ao destacar a formação continuada como estratégia de elevação da qualidade, pode reforçar a lógica do aprendizado ao longo da vida e naturalizar a competitividade entre docentes, características centrais da racionalidade neoliberal que intensificam a responsabilização individual e a sobrecarga dos professores. A meta 14, centrada na expansão da pós-graduação, embora importante para o desenvolvimento científico e tecnológico, deve ser analisada considerando-se não apenas os aspectos quantitativos, mas também as condições em que essa expansão ocorre e seus reflexos na carreira e nas condições de trabalho dos futuros docentes, especialmente em um contexto de precarização crescente das relações laborais no ensino superior.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida neste artigo, fundamentada na articulação entre o referencial teórico marxiano sobre o trabalho, a literatura especializada sobre trabalho docente na educação superior e os dados empíricos do Censo da Educação Superior 2023, permite identificar um conjunto de evidências que confirmam a hipótese central da pesquisa: os dados do Censo 2023 efetivamente apontam elementos indicativos da precarização do trabalho docente na educação superior brasileira.

Na sociedade neoliberal, a condição de trabalho impõe um mantra de adaptabilidade e aceitação das condições materiais apresentadas. Essa lógica se expande e coloniza todos os espaços de trabalho, incluindo a educação superior. No caso específico dos professores, a naturalização e incorporação da ideologia da adaptabilidade e do empresário de si levam a submissão espontânea às condições de trabalho. Essa ideologia meritocrática neoliberal divide o homem moderno em duas partes: o cidadão dotado de direitos inalienáveis e o homem econômico guiado por seus interesses.

A expressão do sentido neoliberal de formação por toda vida pode ser encontrada no PNE (2014-2024), que prevê a qualificação dos professores das instituições de ensino superior até o doutorado. No entanto, conforme demonstrado pela análise dos dados do Censo 2023, em articulação com as metas do PNE, essa meta não é incentivada por um projeto de desenvolvimento social amplo, mas moldada por uma lógica que subordina a educação aos imperativos do mercado. Isso é indicado nos dados do Censup 2023, em que a concentração de vagas em cursos a distância, centralizados em instituições particulares com fins lucrativos, e a proporção de mais de cem alunos por professor nessa modalidade demonstra como a produção desse sujeito gera um tipo de profissional que precariza a profissão além dos contratos e remuneração, que potencialmente comprometem a qualidade do ensino.

Mesmo atingindo as porcentagens de qualificação almejadas pelo PNE, essa definição revela-se problemática quando desarticulada das condições objetivas de trabalho. Ter 75% dos professores com titulação de mestre ou doutor não evita a defasagem no conhecimento repassado ao aluno se as condições estruturais não

permitirem o exercício pleno dessas competências. O ato de ensinar necessita de aproximação entre professor e aluno, entendimento das particularidades e necessidades individuais. O distanciamento físico, a proporção de professores por curso, a razão aluno-professor e a necessidade de alterar o modelo de aula dificultam a personalização do atendimento, limitando a transmissão do conhecimento ao repasse mecânico de informações.

A precarização do trabalho docente, conforme os dados analisados, não se restringe a uma categoria administrativa específica, embora se manifeste de forma mais acentuada nas instituições privadas. Os dados do Inep mostram que a maioria das contratações em tempo integral acontece na modalidade presencial, que representa a menor parte dos cursos ofertados, resultando em uma distribuição desequilibrada de contratos. Esse desequilíbrio também está presente na proporção de professores por curso em diferentes categorias administrativas, demonstrando como a expansão quantitativa da educação superior tem ocorrido sem a correspondente adequação das condições de trabalho docente.

A precarização não é apenas quantitativa, mas também qualitativa, pois a sobrecarga de trabalho e a instabilidade nas relações contratuais comprometem a qualidade do ensino oferecido. Enquanto as instituições públicas mantêm uma média mais equilibrada de professores por curso, as instituições privadas sacrificam a qualidade do ensino em prol da redução de custos, configurando um modelo que subordina a educação à lógica da acumulação capitalista. Essa diferenciação não representa apenas uma questão de gestão institucional, mas projetos distintos de educação superior: um orientado pelo direito social à educação de qualidade, outro pela mercantilização do conhecimento.

A racionalidade neoliberal redefine a educação superior como um bem de mercado, visando maximizar o lucro ao custo de precarizar o trabalho docente. Esse cenário demanda um enfrentamento crítico que vá além da denúncia, exigindo a proposição de alternativas concretas. A lógica produtivista promete a qualidade educacional e impede que a formação seja um processo de emancipação intelectual, transformando-a em mera reprodução de competências técnicas adequadas às demandas do mercado. As altas taxas de docentes em regime temporário e de sobrecarga, especialmente no ensino a distância, revelam uma prática educacional que prioriza a eficiência financeira em detrimento da experiência formativa, contradizendo os princípios fundamentais da educação como direito social.

Essas questões fazem questionar a sustentabilidade deste modelo, que deixa à mercê as condições de trabalho docente ao definir suas prioridades a partir da régua neoliberal produtivista. A tecnologia pode ser aliada de uma educação completa e adequada ao ritmo de uma vida imersa pela globalização, mas o sentido de educar não pode ser meramente tomado por obsoleto e submetido a uma lógica que enfraquece e limita o trabalho do professor. O educador que não está consciente deste panorama corre sérios riscos de reproduzir em sala de aula situações problemáticas do ponto de vista da qualidade do ensino, perpetuando, ainda que involuntariamente, os mecanismos de precarização.

A educação nunca pode ser subjugada a partir de uma lógica lucrativa e práticas políticas excludentes. Urge uma abordagem crítica e transformadora que busque equilibrar a expansão do ensino com a valorização e dignidade dos profissionais que desempenham um papel fundamental na formação das futuras gerações. Isso implica não apenas resistir aos processos de precarização em curso, mas construir alternativas que reafirmem o caráter público e social da educação superior, garantindo condições dignas de trabalho para os docentes e qualidade educacional para os estudantes. Futuras pesquisas devem aprofundar a análise longitudinal desses processos, incorporando outras fontes de dados e desenvolvendo propostas concretas de enfrentamento à precarização do trabalho docente na educação superior brasileira.

REFERÊNCIAS

AGOSTINI, C. C. **O neoliberalismo e o docente empreendedor**: para onde vai o professor universitário em tempos de pós-pandemia? 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2024. Disponível em: <http://tede.upf.br/jspui/handle/tede/2784>. Acesso em: 24 set. 2025.

ALMEIDA FILHO, N. A universidade brasileira num contexto globalizado de mercantilização do ensino superior: colleges vs. vikings. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 32, p. 11-30, 2016. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5508>. Acesso em: 9 set. 2025.

ALMEIDA, A. A. L.; DAMASCENO, M. F. O neoliberalismo e a educação brasileira: a qualidade total em questão. **Revista Educação**, Guarulhos, v. 10, n. 2, p. 40-46, 2015. Disponível em: <https://revistas.ung.br/index.php/educacao/article/view/2160>. Acesso em: 9 set. 2025.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

BIANCHETTI, L.; SGUSSARDI, V. **Da universidade à commoditycidade**: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas: Mercado de Letras, 2017.

BORSSOI, B. L. Vida humana, trabalho e educação em tempos de Pandemia (Covid-19). In: MORAES, D. R. S.; SUZUKI, J. C.; BORGES, V. (org.). **Análises de uma pandemia: diálogos políticos e pedagógicos**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. p. 194-208. DOI 10.11606/9786587621258.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 nov. 2024.

CUNHA, L. Pesquisa mostra média de renda do MEI e decepciona com valor menor que 1 salário mínimo. **FDR**, Recife, 22 ago. 2024. Disponível em: <https://fdr.com.br/2024/08/22/pesquisa-mostra-media-de-renda-do-mei-e-decepciona-com-valor-menor-que-1-salario-minimo/>. Acesso em: 1 nov. 2024.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL REY, A. Le succès mondial des compétences dans l'éducation: histoire d'un détournement. **Rue Descartes**, Paris, v. 73, n. 1, p. 7-21. 2012. DOI 10.3917/rdes.073.0007. Disponível em: <https://shs.cairn.info/revue-rue-descartes-2012-1-page-7?lang=fr>. Acesso em: 9 set. 2025.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade em tempos de precarização e incertezas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, Sorocaba, v. 23, n. 3, p. 736-753, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/Vg74vx8NWmd97r75WF59njH/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

FACIN, F. H. *et al.* Hibridização do ensino na educação superior: experiências pedagógicas em uma universidade comunitária do sul do Brasil. In: FACIN, F. H. *et al.* (org.). **Diálogos e práticas na formação docente:** reflexões e experiências. Curitiba: Editora CRV, 2024. p. 21-56. *E-book*. DOI 10.24824/9786525164786. Disponível em: <https://loja.editoracrv.com.br/produtos/dialogos-e-praticas-na-formacao-docente-universitariareflexoes-e-experiencias/?variant=1240872403&pf=mc&srslid=AfmBOoox3RUqBnoAcFxJAeOXjXR5VWWzVSk6tUITODxS4hdagev-ycr>. Acesso em: 9 set. 2025.

FAGUNDES, A. C.; ALVES, A. J. L.; GONZÁLEZ CALVO, G. Precarização do trabalho docente: um mal compartilhado entre Brasil e Espanha. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, v. 28, n. 54, p. 1-16, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://revista.uemg.br/educacaoemfoco/article/view/8689>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação:** nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, G. A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias na sociedade de classes. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 14, n. 40, p. 168-194, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/QFXsLx9gvgFvHTcmfNbQKQL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 5 abr. 2023.

GEMELLI, C. E.; CLOSS, L. Q. Trabalho docente no ensino superior: análise da produção científica publicada no Brasil (2010-2019). **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 43, p. 1-20. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7nxMVPRSVhk6XDrzpHS8fgy/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

GENTILI, P. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das maiorias. In: GENTILI, Pablo (org.). **Pedagogia da exclusão**: crítica ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 228-252.

HOLANDA, F. H. O.; FRERES, H. A.; GONÇALVES, L. P. A pedagogia das competências e a formação de professores: breves considerações críticas. **Revista Eletrônica Arma da Crítica**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 122-135, jan. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23045>. Acesso em: 9 set. 2025.

HYPOLITO, Á. M. Reorganização gerencialista da escola e trabalho docente. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 21, n. 38, p. 59-78, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265>. Acesso em: 9 set. 2025.

INEP. **Power BI Report**. Brasília: INEP, 2024a. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrJoiMGJiMmNiNTAtOTY1OC00ZjUzLTg2OGUtMjAzYzNiYTA5YjliwidCI6jl2ZjczODk3LWM4YWMTNGIxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZj9&pageName=ReportSection4036c90b8a27b5f58f54>. Acesso em: 18 nov. 2024.

INEP. **Resultados do Censo da Educação Superior**. Brasília: INEP, 2024b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 30 dez. 2024.

KREIN, J. D.; OLIVEIRA, R. V.; FILGUEIRAS, V. A. (org.). **Reforma trabalhista no Brasil**: promessas e realidade. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.

LEHER, R. Mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e o sentido histórico da pandemia Covid 19. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v. 26, n. Especial, p. 78-102, 30 dez. 2022. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20262>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LESNIESKI, M. S.; OVIEDO, L. E. Z. O discurso do Banco Mundial para a educação na pandemia: neoliberalismo e expansão do ensino remoto como “oportunidades” para a América Latina e o Caribe no cenário de crise. **Série-Estudos**, Campo Grande, v. 28, n. 62, p. 35-58, 2023. DOI: 10.20435/serieestudos.v28i62.1746. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1746>. Acesso em: 4 nov. 2024.

LESNIESKI, M. S.; TREVISOL, M. G. BECHI, D. Gerencialismo e performatividade na educação superior: apontamentos sobre a incorporação de uma cultura neoliberal. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, MT, v. 32, p. 686-705, jan./dez. 2023. DOI 10.29286/rep.v32ijan/dez.14097. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/14097>. Acesso em: 9 jan. 2024.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2017a.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017b.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Montecristo Editora, 2022.

MAUÉS, O. A reconfiguração do trabalho docente na educação superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. especial 1, p. 141-160, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/F6k9ckz7BVSX9P6YWKSmtdt/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

MÁXIMO, W. Quase 70% das empresas ativas no país são MEI, divulga ministério. **Agência Brasil**, Brasília, 6 jun. 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2022-06/quase-70-das-empresas-ativas-no-pais-sao-mei-divulga-ministerio>. Acesso em: 1 nov. 2024.

MINTO, L. W. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, páginas, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gqC8fgq6CzxBNjwsxQBrhdm/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

MORAIS, A. M. Precarização da docência do ensino superior: Flexibilização e intensificação do trabalho docente. **RDS - Revista Desenvolvimento Social**, Montes Claros, MG, v. 28, n. 2, p. 204-225, 2022. DOI 10.46551/issn2179-6807v28n2p204-225. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/5507>. Acesso em: 14 jul. 2025.

PRYJMA, M. F.; BRIDI, J. C. A.; STREMEL, S. **Currículo e formação de professores**: considerações sobre o desenvolvimento profissional. Curitiba: EDUTFPR, 2023.

SCHLEENER, A. H.; FERNANDES DE LIMA, M. Reflexões sobre a precarização do trabalho docente no Ensino Superior brasileiro. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 16, p. 1-17, 2020. DOI 10.5212/PraxEduc.v.16.15116.003. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxeducativa/article/view/15116>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SGUSSARDI, V. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil?

Educ. Soc., Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out./dez. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/mXnfvHVs7q5gHBRkDSLrGXr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

TREVISOL, J. V.; BALSANELLO, G.; BASTIANI, S. C. As políticas e as dinâmicas da interiorização da pós-graduação em Santa Catarina: um estudo sobre a região oeste. **Revista**

Internacional de Educação Superior, Campinas, v. 9, p. 1-25, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8666782/29991>. Acesso em: 9 set. 2025.

TREVISOL, M. G.; FÁVERO, A.; MIKOLAICZIK, D. R. Universidade e commodity: quando o mercado coloniza a educação superior: quando o mercado coloniza a educação superior. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 19, n. 40, p. 1-22, 2025. DOI 10.21713/rbpg.v19i40.2275. Disponível em: <https://rbpg.capes.gov.br/rbpg/article/view/2275>. Acesso em: 14 jul. 2025.

TUMOLO, P. S. **Trabalho e capital na virada do milênio**. Florianópolis: Editoria Em Debate, UFSC, 2018.

Contribuição dos autores

Marlon Sandro Lesnieski – Planejamento da pesquisa, análise dos resultados, redação e revisão final do texto.

Marcio Giusti Trevisol – Planejamento e supervisão da pesquisa, análise dos resultados, redação e revisão final do texto.

Natália Pozzebon Oleini – Análise dos resultados e redação do texto.

Declaração de conflito de interesse

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o artigo “Precarização do trabalho docente na educação superior: uma abordagem a partir do censo da educação superior 2023”.

Disponibilidade de dados

Os conteúdos subjacentes ao texto da pesquisa estão contidos no manuscrito.

Revisado por: Debora Diersmann Silva Pereira

E-mail: debora.pereira@unesp.br